
Enquadramento dos casos de feminicídio no telejornal Balanço Geral¹

Kássia CALONASSI²

Carla RIZZOTTO³

Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR

RESUMO

São apresentados o enquadramento do feminicídio em 24 reportagens do programa Balanço Geral Curitiba e Região, da RIC TV, veiculadas entre janeiro de 2020 e junho de 2022. O objetivo é identificar e analisar os enquadramentos do feminicídio em um programa do telejornalismo local paranaense. A partir da aplicação de 13 variáveis, criadas sob o paradigma das *frame analysis*, identifica-se o enquadramento predominante de conflito, de acordo com a classificação de Neuman et al (1992) e Semetko e Valkenburg (2000). Entre os resultados, destaca-se a predominância do nível de contextualização factual e a ausência de indicações de canais de denúncia. É informado o contexto anterior de violência em 37,5% da amostra e a tipificação do crime como feminicídio em 41,7%.

PALAVRAS-CHAVE: Feminicídio; telejornalismo; enquadramento, violência de gênero, Balanço Geral.

Cobertura do Feminicídio na Televisão

A partir do reconhecimento da motivação de gênero como um agravante do crime de homicídio, pela Lei do Feminicídio Nº 13.104, em 2015, os casos de violência à mulher ganharam mais espaço nos telejornais. Com a nova lei, lançou-se um novo olhar sob esses crimes, antes vistos como um ato isolado na vida do acusado, cujas características da vida pública e privada, como ser trabalhador ou ser pai, eram sobrepostas ao assassinato cometido (ONU MULHERES, 2016).

De acordo com as Diretrizes Nacionais de Feminicídio (ONU MULHERES, 2016), os quatro principais motivos para as mortes violentas de mulheres são a ordem patriarcal que subordina as mulheres aos homens; o papel determinante do sexo da vítima para a ocorrência do crime; a intencionalidade que reforça o caráter de desprezo pela mulher; e o continuum de violência sistêmica.

O feminicídio é a forma máxima de violência à mulher, na maioria das vezes atrelada a um ciclo de violências entre elas a doméstica, a física e a psicológica. Diferencia-se de um homicídio porque os papéis de gênero, no caso do feminicídio,

¹ Trabalho apresentado no Intercom Júnior – Telejornalismo, evento do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação realizado de 4 a 8 de setembro de 2023.

² Bacharel Graduada em Jornalismo pela Universidade Federal do Paraná, email: kassiacalonassi@ufpr.com.

³ Orientadora do trabalho. Doutora em Comunicação e Linguagens pela Universidade Tuiuti do Paraná (UTP). Professora do Curso de Publicidade e Propaganda do Decom-UFPR, email: carla.rizzotto84@gmail.com.

estão intrinsicamente ligados ao crime. “O feminicídio tende a ser um ato punitivo e disciplinador, praticado contra uma vítima que se tornou vulnerável por ter atentado contra a honra masculina ou ainda por se comportar de modo considerado moralmente inadequado” (CECCON, et al, 2017, p. 2967).

Em 2021, 1.319 mulheres foram vítimas no Brasil — 75 no estado do Paraná —, uma média de 3,6 mortes por dia, de acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022). Destas, 66% eram mulheres negras e 70,5% tinham de 18 a 44 anos. Ainda de acordo com o Fórum, o tipo mais comum (84%) de feminicídio é o íntimo, em que a vítima possui vínculo amoroso com o agressor. Os números de 2022 não foram divulgados pelos órgãos públicos até o momento. Um levantamento do Monitor de Violência (VELESCO, ET AL, 2023), do portal G1, indica um aumento de 5% dos casos de feminicídio em 2022 em relação a 2021, cerca de 1,4 mil mortes no país.

A partir da leitura de trabalhos que analisam reportagens sobre feminicídio, infere-se que não há consenso a respeito da contribuição da mídia para a prevenção do crime. Segundo o Dossiê do Feminicídio, do Instituto Patrícia Galvão (2016), a cobertura do feminicídio é sensacionalista, desrespeitosa e sexista. O Dossiê é de seis anos atrás e corresponde a uma antiga postura da mídia, no entanto, alerta para a presença do sexismo em reportagens, que, para o Instituto, reforçam narrativas românticas e estereótipos que culpabilizam a vítima, em um ciclo de revitimização.

O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (2007) estabelece que é dever do jornalista defender os direitos humanos. E quando se trata da televisão, meio de comunicação caracterizado pela emoção e por contribuir para a percepção de realidade das pessoas (SILVA, 2020), a responsabilidade na cobertura é essencial.

Na monografia “Enquadramento dos casos de feminicídio no telejornal Balanço Geral Curitiba, da RIC TV” (SILVA, 2023), foram verificadas 24 reportagens do programa sobre o assunto, com o objetivo de identificar e analisar os enquadramentos do feminicídio em um programa do telejornalismo local paranaense. Os resultados da pesquisa serão apresentados neste artigo de mesma autoria.

Analisar reportagens televisivas é um desafio pela complexidade deste formato, que envolve entradas ao vivo, conteúdos gravados, ângulos, som, texto e imagem em movimento. Além da pluralidade de agentes envolvidos na produção como repórter, editor, cinegrafista, entre outros (TEMER, RENAULT, 2021). Partindo do pressuposto de que o telejornal é o resultado de diversas escolhas objetivas e subjetivas de um ou

mais agentes noticiosos envolvidos, desconsidera-se, nesta análise, o processo de produção. O como e porque aquele material foi produzido são suprimidos, de forma que o destaque seja a narrativa da reportagem veiculada. Como ele foi recebido pela audiência também extrapola os limites aqui propostos, todavia seria de grande valia para pesquisas futuras.

O que está em análise são mensagens textuais e visuais presentes no produto que foi ao ar. De amplo alcance, os enquadramentos presentes na televisão podem colaborar para o agendamento dos direitos da mulher no debate público, incentivar o julgamento penal dos agressores e colaborar para a redução dos casos de feminicídio. Por outro lado, más representações podem reforçar a culpabilização e revitimização da mulher.

O enquadramento como metodologia

O enquadramento, ou *framing*, aplicado aos estudos comunicacionais, busca identificar os pacotes interpretativos presentes em uma notícia. Segundo o artigo “Enquadramento: rumo ao esclarecimento de um paradigma fraturado”, de Robert Entman (1993), o enquadramento da mídia se manifesta pela escolha de palavras e imagens que reforçam uma representação particular da sociedade:

O framing essencialmente envolve seleção e saliência. Enquadrar é selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e torná-los mais salientes num texto comunicativo, de forma a promover uma definição particular de um problema, uma interpretação causal, avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento para o item descrito (ENTMAN, 1993, p. 52).

Um dos problemas do enquadramento enquanto paradigma de estudo é a ausência de uma teorização geral que demonstre como que os enquadramentos se manifestam. O caráter fragmentado da metodologia impede, ou dificulta, a comparação de resultados entre diferentes estudos e a progressão do modelo (GONÇALVES, 2005).

Frente a isso, De Vreese, Peter e Semetko (2001) agruparam os estilos de análise de enquadramento em *generic news frames* e *issue-specific news frames*. O primeiro pode ser aplicado em coberturas de temas diversos, de diferentes épocas e localidades, enquanto o último permite uma abordagem mais detalhada do tópico narrado nas matérias analisadas:

A ideia é analisar enunciados e discursos de natureza variada, captando o modo como a realidade é enquadrada por eles. No cerne desse tipo de operacionalização reside uma preocupação em compreender o modo como discursos estabelecem molduras de sentido, enquadrando o mundo a partir de perspectivas específicas. (...) Tal abordagem tornou-se a mais empregada tanto em estudos de jornalismo como naqueles de comunicação e política (MENDONÇA, SIMÕES, 2012, p.193).

A amostra, detalhada adiante, contempla reportagens de um mesmo programa noticioso em um período de tempo similar. Todavia, os casos de feminicídio representados possuem suas singularidades, vítimas diferentes e contextos diferentes, e, portanto, correspondem a proposta de *generic news frames*.

Variáveis de análise

Sob este paradigma metodológico, foram elaboradas 13 variáveis de análise discursivas, aplicadas igualmente às 24 reportagens do escopo amostral. Entre elas, variáveis de demografia da vítima — etnia/ raça (v1), faixa etária (v2) e profissão (v3) — e características técnicas — tempo de reportagem (v4).

A partir da 5ª variável investiga-se o enquadramento noticioso: se utiliza termos que fazem menção à violência de gênero (v5); divulga detalhes do crime (v6); local do crime (v6.1); divulga imagens da agressão (v7); tipo de imagem (v7.1); divulga imagens da vítima (v8); tipo de imagem (v8.1); representação da vítima (v8.2); divulga imagens do agressor (v9); tipo de imagem (v9.1); representação do agressor (v9.2); fontes entrevistadas (v10); menção de contexto anterior de violência (v11); nível de abrangência da reportagem (v12) e tipo de enquadramento (v13).

A variável de nível de abrangência (v12) é proposta pelo relatório Mídia e Direitos Humanos (VIVARTA, 2006), e se divide em cinco tipos de reportagens: factual, contextual simples, contextual explicativo, conceitual avaliativo e conceitual propositivo. A variável tipo de enquadramento (v13), por sua vez, leva em consideração a proposição de Neuman et al (1992), complementada por Semetko e Valkenburg (2000), na qual há cinco tipos de enquadramentos noticiosos: conflito, interesse humano, consequências econômicas, moralidade e responsabilidade.

Amostra

Para delimitar a amostra, foi escolhido o intervalo de janeiro de 2020 a junho de 2022, englobando o período pré pandêmico, a pandemia — na qual houve um pico dos casos de violência doméstica — e um curto período pós pandêmico. O canal foi eleito porque, entre três emissoras verificadas, a RIC TV, afiliada da TV Record, veiculou mais reportagens sobre casos de feminicídio no período (SILVA, 2023). Aliado a isto, a facilidade para acessar as reportagens veiculadas, publicadas individualmente no canal do YouTube “RIC TV - Curitiba e Região”, tornou a emissora ideal para a pesquisa.

As 24 reportagens que configuram o escopo amostral pertencem ao noticiário “Balanço Geral - Curitiba e Região”, transmitido na televisão aberta de segunda a sábado das 11h50min às 14h10, e foram encontradas a partir da busca pelos termos “mulher é morta” e “feminicídio” no YouTube. Para uma comparação mais precisa, elas possuem características em comum: (1) abordam casos fatais de feminicídio; (2) são a primeira reportagem a noticiar aquele crime no programa, desconsiderando-se possíveis suítes de um mesmo caso; (3) e, portanto, cada reportagem trata de um caso diferente.

Para facilitar a identificação, as reportagens foram listadas⁴ em ordem cronológica, da mais antiga para a mais recente, e são sinalizadas pela letra A seguida de sua posição na lista. Assim, a reportagem mais antiga é sinalizada por A1, e a mais recente por A24.

Perfil das reportagens

Entre as vítimas das reportagens analisadas, 90% eram brancas e 10% eram negras ou pardas, desconsiderando quatro reportagens em que não é possível inferir raça. Em um período similar ao da amostra, de 2019 a 2021, 60,7% das vítimas de feminicídio do Paraná eram brancas, e 38,9% eram negras ou pardas de acordo com o Fórum de Segurança Pública (2022). Por essa proporção, a cada 10 mulheres assassinadas, quatro são negras; e a cada 10 reportagens veiculadas no noticiário, apenas uma das vítimas é negra.

A análise do perfil das vítimas de feminicídio do Jornal Nacional, da Rede Globo, também concluiu por uma assimetria entre o noticiário e os casos registrados nas

⁴ A listagem completa das reportagens analisadas e seus respectivos links está disponível em <https://bit.ly/tabelaamostra>.

delegacias (PACHECO, ROCHA, 2021). Apenas 29,4% das vítimas contempladas pelo jornal eram mulheres negras. De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022), 66% das vítimas de feminicídio no Brasil em 2021 eram negras.

A profissão da vítima (v3) foi divulgada em 58,3% das reportagens. Por ser uma variável aberta, foi feita uma listagem das profissões citadas pelo jornal, e entende-se que os casos foram veiculados independentemente da classe econômica ou atividade econômica da vítima. O levantamento de Pacheco e Rocha (2021), aponta para um apagamento da profissão da vítima, noticiada em apenas 11,7% das reportagens do Jornal Nacional, da Rede Globo, verificadas pela reportagem. No jornalismo local da RIC TV, nota-se que a profissão constitui um fator importante da narrativa.

Em relação ao tempo das reportagens (v4), 50% da amostra tinha de 2 a 4 minutos, considerado um tempo padrão para uma reportagem televisiva. Outras 41,7% extrapolaram os quatro minutos, indicando um maior destaque para aquele caso. Somente 8,3% ocuparam menos de 2 minutos do noticiário.

Não há um padrão entre as reportagens mais longas que esclareça o tempo dedicado no telejornal. Algumas tendências podem ser apontadas: as três reportagens que possuem vídeos da agressão estão entre as que receberam mais destaque. Todas as reportagens longas tinham ao menos um entrevistado, entre familiares das vítimas, agentes da polícia e testemunhas, e 50% tinham mais de um entrevistado. Pode-se inferir que, quando há um maior tempo entre o assassinato e o início do noticiário, o material ganha maior visibilidade no programa, consequência da maior apuração do caso pelas equipes de reportagem.

Apenas 10 reportagens (41,7%) utilizavam termos referentes à violência de gênero — em todos o termo utilizado foi “feminicídio”. Em apenas uma reportagem (A1), houve menção do termo “machista” em referência ao agressor, por parte da entrevistada, filha da vítima. Em dois casos (A5 e A12), a palavra feminicídio apareceu no gerador de caracteres (GC) mas não foi dita. A ausência da sonoridade é um prejuízo para o telespectador que pode não estar acompanhando todos os recursos visuais por motivos de deficiência visual ou até mesmo do hábito de “deixar a televisão ligada”.

No relatório “Imprensa e direitos das mulheres: papel social e desafios da cobertura sobre feminicídio e violência sexual”, do Instituto Patrícia Galvão (2016), 233 reportagens (11,7%) empregaram o termo, em contraste a 1.752 matérias que não

tipificam o crime de forma explícita. Para o Instituto, a ausência da palavra “feminicídio” gera desinformação e prejudica às políticas de proteção à mulher:

A difusão do que é o feminicídio, em que contextos ocorre, os canais de denúncia e os serviços disponíveis pode contribuir, por exemplo, para evitar novas mortes e é um importante papel que a mídia pode cumprir (INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO, 2016).

Filtrando a amostra do Balanço Geral por ano de veiculação, observa-se uma redução do emprego da palavra “feminicídio”. Em 2020, 54,5% das reportagens utilizaram o termo. Em 2021, a porcentagem caiu para 33,3% e em 2022, último ano analisado, 25%. O movimento é contraditório à expectativa de que, há 5 anos da Lei do Feminicídio, a tipificação correta estaria mais difundida.

Na maioria das reportagens analisadas, há informações suficientes para classificar o crime como feminicídio. O relatório do Instituto Patrícia Galvão (2022) sugere, ainda, que em casos nos quais não há certeza da tipificação do crime, pode-se questionar à autoridade policial se a investigação será realizada na perspectiva de feminicídio.

Imagens de violência

A maioria das reportagens analisadas (83,3%) divulga detalhes do crime, como local do assassinato e arma utilizada. Não se descarta, todavia, a suposição de que, nos casos em que os detalhes não foram divulgados (26,7%), a equipe de reportagem não tivesse acesso a essas informações. Um quarto das reportagens divulgam imagens da agressão, como armas, sangue ou o local exato onde a vítima foi assassinada.

No Dossiê do Feminicídio (INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO, 2016), a socióloga, advogada e pesquisadora de violência doméstica, Fernanda Matsuda, afirma que a divulgação dessas imagens fere a ética jornalística:

Há uma preocupação muito grande [na mídia] com o modo como o crime foi cometido, a crueldade, como o corpo da vítima foi encontrado, uma banalização que inclusive desrespeita os direitos das vítimas. (...) E isso impacta, mas não contribui para que haja um olhar crítico sobre o fenômeno, que é sempre visto como um caso pontual, uma monstruosidade, sem que se olhe para a forma como o sistema de

Justiça criminal acaba processando esses casos (INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO, 2016).

O art.11 do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros veda ao jornalista a publicação de informações “de caráter mórbido, sensacionalista ou contrário aos valores humanos, especialmente em cobertura de crimes e acidentes” (FENAJ, 2007). A jornalista e doutora em processos midiáticos, Cárilda Emerim, afirma que é desnecessário o uso de imagens violentas na televisão:

Discutindo o aspecto ético do mostrar ou não tais cenas, a prática profissional e os documentos norteadores enfatizam que não, tendo em vista os efeitos de sentido de desespero que pode gerar na audiência. Além do mais, hoje é possível empregar outros recursos para dar a ênfase necessária à cobertura sem que estas cenas precisem ser convocadas para ajudar a contar a história (EMERIM, 2021, p.38).

Em duas reportagens analisadas, a própria equipe do telejornal produziu imagens violentas. Na primeira (A13), a repórter anda pelo local do crime e aponta para marcas de sangue e um boné que poderia pertencer a vítima. Na segunda (A14), o vídeo mostra a equipe de perícia retirando provas do veículo no qual ocorreu o assassinato.

Em outras três foram divulgadas fotos da pedra utilizada no crime, ainda com sangue (A4), como mostra a figura abaixo; do pedaço de pau utilizado no crime (A9); e da faca do crime, também com sangue (A18).



Imagem: RIC TV via YouTube, 2020

Na reportagem exemplificada na figura seguinte (A18), além da exibição da arma do crime com sangue da vítima, chama atenção o GC utilizado pela reportagem: “Exclusivo! Assassino revela traição de esposa e conta detalhes de como matou ela”. A associação do termo “traição”, que aparece antes, ao termo “matou” passa a sensação de

que a vítima mereceu — se não a morte, a exposição — e, ainda, que a reportagem é um “passo a passo” do que fazer quando a esposa te trai, devido ao emprego de “detalhes”. O uso da exclamação em “Exclusivo!” confere um tom de empolgação diante do assunto noticiado.



Imagem: RIC TV via YouTube, 2021

Em outra reportagem (A15), foi exibido o vídeo de uma câmera de segurança, que mostra um motociclista se aproximando de um carro no portão de um condomínio residencial, e executando a motorista do veículo a tiros. As imagens são nítidas, com exceção do momento dos disparos, no qual o vídeo foi borrado. Ao longo de 13 minutos de reportagem, o vídeo do assassinato foi repetido 27 vezes, e outras 9 por outro ângulo.

Imagens da vítima e do agressor

Foram divulgadas imagens da vítima em 20 reportagens (83,3%) — 17 fotos de redes sociais; uma foto de outras fontes; uma foto de documentos da vítima; e um vídeo de rede social. As imagens do agressor, por sua vez, estão presentes em 14 reportagens (58,3%) — 10 fotos das redes sociais e quatro vídeos de redes sociais ou do interrogatório policial.

Deste modo, a imagem do agressor é preservada em 10 reportagens (41,7%), seis a mais em comparação à imagem da vítima, preservada em quatro. No entanto, na maioria dos casos em que a imagem do agressor não é divulgada, há evidências de que se trate de um feminicídio mas não está confirmada a autoria do crime.

A representação das vítimas (v8.2) foi neutra em 90% dos casos; sensualizada em uma ocorrência (5%) e santificada em outra (5%). A vítima representada de forma

sensualizada é uma mulher parda de 31 anos, cuja profissão não foi informada. O uso da expressão “ciúme mortal” no GC da reportagem (A9), aliado a foto “provocativa” da vítima — única foto dela utilizada na reportagem —, criam uma representação sensualizada, de uma mulher que atrai olhares e provoca ciúmes. Esta mesma reportagem (A9) exhibe o depoimento do agressor negando o assassinato.

A vítima representada de forma santificada é uma mulher branca de 25 anos, que trabalhava informalmente como doceira e salgadeira. São divulgadas seis fotos da vítima, das quais três são fotos com o agressor, duas são fotos com a filha e em apenas uma ela aparece sozinha. A imagem da mulher com o bebê é acompanhada pelo GC “esposa é assassinada” (A5), e não “mulher é assassinada”, como na maioria.

A narrativa traz como personagem uma esposa, e uma mãe, não uma mulher que traiu ou causou ciúmes, mas uma santa. Nesta mesma reportagem (A5), a representação do agressor, identificado na reportagem como pedreiro, é humanizada pelas fotos de ensaios fotográficos com a esposa e a filha. O apresentador do telejornal diz, na cabeça da reportagem, que “esta era a família perfeita”.

Há mais um caso de representação humanizada do agressor (A2), que, neste caso, se suicidou após o crime. O homem era delegado da polícia, e aparece sorrindo, viajando e trajado de terno nas fotos divulgadas pela reportagem. Em ambos os casos de humanização do agressor, tratava-se de homens brancos.

O agressor é representado como culpado em três reportagens. Em A9, é divulgado vídeo do interrogatório policial do suspeito. Ele aparece algemado, cabisbaixo e está em frente a arma do crime, um pedaço de pau, conforme a figura abaixo.



Imagem: RIC TV via YouTube, 2020

Em A16, a foto de rede social escolhida pela equipe de reportagem mostra o homem com uma expressão cruel. Em A21, também é exibido vídeo do interrogatório policial. A imagem é pouco nítida, mas percebe-se que o homem está algemado, com os braços atrás do corpo. Os dois homens que tiveram o interrogatório vazado pela imprensa são negros. Nas outras nove reportagens em que há imagens do agressor, a representação é neutra.

Enquadramento e nível de abrangência

As fontes predominantes no noticiário foram familiares e amigos da vítima (50%). Em 11 reportagens (30,6%), foram entrevistados agentes de segurança pública ou do Judiciário. Em duas ocorrências (5,6%) foram entrevistadas testemunhas do crime, e em outras duas (5,6%) o próprio acusado. Não houve entrevistas em três reportagens. Nesta variável o total (100%) não corresponde a 24, e sim a 34, pois em 10 reportagens há mais de um entrevistado.

Há menção de contexto anterior de violência em nove (37,5%) reportagens. Em seis casos, o repórter informa sobre os antecedentes criminais do agressor; em um, o familiar da vítima entrevistado fala sobre histórico de agressões sofridas por ela; em outro, não é dito de forma explícita que existiram outras violências, mas são exibidos comportamentos possessivos e ameaças por parte do agressor. Conta-se também uma negativa — de que não há registro de violências anteriores ao assassinato —, dada em forma de pergunta feita à autoridade policial.

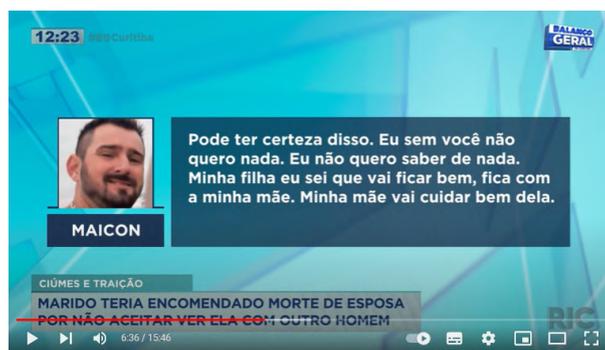
Foram detectados apenas dois níveis de abrangência: factual (83,3%) e contextual simples (16,7%). Nenhuma reportagem, nem as mais longas, tinham características de contextual explicativo, avaliativo ou propositivo. Por exemplo, nenhuma das 24 reportagens da amostra traziam informações sobre como denunciar casos de violência à mulher.

As quatro reportagens identificadas como “contextual simples” trouxeram o contexto anterior de violência de vítima. Em todas os entrevistados — familiares ou amigos da vítima — falam sobre as consequências do crime. Em três foram entrevistadas fontes policiais ou do Judiciário. Apenas duas utilizaram o termo “feminicídio”.

Outras 20, identificadas como factuais, focam apenas no acontecimento. Detalham o crime, local, arma utilizada e não abordam contexto de violência, consequências ou prevenção.

Em relação aos enquadramentos, a maioria das reportagens (83,3%) apresentou enquadramento de conflito, pautado em uma história de amor que deu errado. Outros 8,3% apresentaram enquadramento de interesse humano, e 8,3% de responsabilidade. O ponto principal das reportagens de conflito é como e por que o crime foi cometido. As justificativas são traição, ciúmes ou negação do fim do relacionamento. Mesmo nas entrevistas, busca-se explorar sentimentos de vingança por parte dos familiares da vítima, ou de batalha, no caso dos agentes de segurança pública. O conflito é percebido em frases apelativas, ou de efeito, que contam a história do crime a partir de um ponto de vista romântico.

A reportagem A19 também traz os ciúmes e uma possível traição da vítima como os motivos para o assassinato. O GC usa as palavras-chave “Ciúme e traição” — pontuo aqui que a palavra-destaque “feminicídio”, que foi utilizada em algumas reportagens da amostra, seria mais apropriada. Na sequência, têm-se as orações “marido teria encomendado morte de esposa” e “por não aceitar ver ela com outro homem”, representadas na figura abaixo. Há uma espetacularização de um conflito romântico.



Pedra utilizada no crime. Imagem: RIC TV Curitiba e Região via YouTube, 2021.

Em duas reportagens (A1 e A6) está presente o enquadramento de interesse humano, focando nas consequências daquela morte para os familiares ou para a comunidade, e exploram-se sentimentos de luto e de perda. Outras duas (A19 e A21) apresentam enquadramento de responsabilidade, em casos que o objetivo da reportagem é que o suspeito seja encontrado pelas autoridades policiais. Nesses casos, a população

é chamada para a ação de procurar o suspeito, e os entrevistados pedem que a justiça seja feita.

O levantamento completo das reportagens se encontra na monografia “Enquadramento dos casos de feminicídio no telejornal Balanço Geral Curitiba, da RIC TV” (SILVA, 2023). Neste artigo, foram apresentados somente os resultados mais relevantes para a discussão.

Considerações finais

A partir da leitura de trabalhos que tratam da temática do feminicídio, e do levantamento próprio (SILVA, 2023), conclui-se que a televisão, principal meio de informação para 40% dos brasileiros, de acordo com levantamento do PoderData (ROSCOE, 2021), não fala sobre violência de gênero, apesar do tema ser recorrente no noticiário. Os crimes de feminicídio ainda são justificados e validados pela cobertura, que não explora o cerne do sexismo na sociedade.

Os assassinatos são enquadrados como um evento isolado, e a verdadeira motivação desses crimes, como o caráter de desprezo pelo gênero feminino, é invisibilizada por razões como “ciúmes” e “traição”. Razões essas que acabam por colocar sobre a vítima alguma parcela de culpa.

As narrativas são construídas a partir das imagens de violência, que, apesar de borradas em alguns casos, ferem o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (2007). Além das imagens, a divulgação das minúcias do crime, aliadas à romantização do feminicídio, podem ter o efeito contrário: ao invés de combater os crimes, incentivá-los. Os jornais, e os jornalistas, enquanto profissionais, podem fazer melhor.

Referências

BRASIL. Lei Nº 13.104, de 9 de março de 2015. Brasília: Código Penal, 2015. Disponível em: http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2013.104-2015?OpenDocument. Acesso em: 30 de abril de 2022.

CECCON, R. F; et. al. Feminicídios: estudo em capitais e municípios brasileiros de grande porte populacional. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, vol 22, nº 9, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/mwqvZXLG6vwvchnyt8LTLTB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 de março de 2022.

DE VREESE, C. H.; PETER, J.; SEMETKO, H. Framing Politics at the Launch of the Euro: A Cross-National Comparative Study of Frames in the News. **Political Communication**, p.107-122, 2001.

EMERIM, C. Telejornalismo, Direitos Humanos e as relações possíveis. In: EMERIM, Cárlica; PEREIRA, Ariane; COUTINHO, Iluska (org.). **Teorias do telejornalismo como direito humano**. 1 ed. Florianópolis: Editora Insular, 2021. p 23 - 40.

ENTMAN, R. Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm. **Journal of Communication**. V. 43, n.4, p. 52. 1993.

FENAJ - Federação Nacional dos Jornalistas. **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**. Vitória, ES: 2007. Disponível em: https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf. Acesso em: 10 de junho de 2022.

FÓRUM NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp?content/uploads/2022/06/anuario?2022.pdf?v=15>. Acesso em: 13 de julho de 2022.

GONÇALVES, T. A abordagem do enquadramento nos estudos do jornalismo. **Caleidoscópio: Revista de Comunicação e Cultura**. Nº 05/06, p. 157 - 167. Disponível em: <https://recil.ensinolusofona.pt/handle/10437/2605>. Acesso em: 07 de setembro de 2022.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **Dossiê Femicídio**. São Paulo, 2016. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/femicidio/>. Acesso em: 27 de março de 2022.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **Imprensa e Direitos das Mulheres: Papel social e desafios da cobertura sobre feminicídio e violência sexual**. São Paulo, 2016. Disponível em: https://assets-institucional?jpg.sfo2.cdn.digitaloceanspaces.com/2019/12/monitoramento_final.pdf. Acesso em: 01 de maio de 2022.

MENDONÇA, R. F.; SIMÕES, P. G. Enquadramento: Diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n. 79, 2012.

NEUMAN, R.; JUST, M.; CRIGLER, A. **Common Kno-wledge: news and the construction of political meaning**. Chicago: The University of Chicago Press, 1992.

ONU MULHERES. **Diretrizes Nacionais Femicídio**: diretrizes para investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres. Brasília, 2016. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp?content/uploads/2016/04/diretrizes_femicidio_FINAL.pdf. Acesso em: 30 de abril de 2022.

PACHECO, J. K.; ROCHA, G. E. M. Feminicídio no horário nobre: quem é a vítima representada nas reportagens do Jornal Nacional? Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Porto Alegre, out. 2021. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2021/resumos/ij01/gabriella-elisa?machado-rocha.pdf>. Acesso em: 06 de julho de 2022.

ROSCOE, B. Internet é principal meio de informação para 43%; TV é mais usada por 40%. **Poder 360**, 18 de outubro de 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/midia/internet-e-principal-meio-de-informacao-para-43-tv-e-preferida-de-40/>. Acesso em: 01 de maio de 2022.

SEMETKO, H. A.; VALKENBURG, P. M. Framing European Politics: A Content Analysis of Press and Television News. **Journal of Communication**, pp.93-109, 2000.

SILVA, K. C. O. **Enquadramento do feminicídio no telejornal Balanço Geral**. Monografia (Graduação em Jornalismo) – Setor de Artes, Comunicação e Design, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, p. 15 - 77. 2023. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/82974> Acesso em: 05 de julho de 2023.

SILVA, R. B. Telejornalismo local: a construção da identidade cultural no processo comunicativo. **Aturá: Revista Pan-amazônica de Comunicação**, Palmas vol 4, nº 1, jan-abr de 2020. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/atura/article/view/9532/16900>. Acesso em: 1 de maio de 2022.

TEMER, A. C. R. P.; RENAULT, L. Cidadãos, autoridades, vítimas e especialistas: uma proposta metodológica para análise do telejornalismo. In: EMERIM, Cárilda; PEREIRA, Ariane; Coutinho, Iluska (org.). **Teorias do telejornalismo como direito humano**. 1 ed. Florianópolis: Editora Insular, 2021. p 41-56.

VELESCO, C.; ET AL. Brasil bate recorde de feminicídios em 2022, com uma mulher morta a cada 6 horas. **G1**, 8 de março de 2023. Monitor da Violência. Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2023/03/08/brasil-bate-recorde-de-feminicidios-em-2022-com-uma-mulher-morta-a-cada-6-horas.ghtml>. Acesso em: 08 de julho de 2023.

VIVARTA, Veet (cord.). **Mídia & Direitos Humanos**. Brasília: ANDI; Secretaria Especial dos Direitos Humanos; UNESCO, 2006, 372 p.